



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 07 de novembro de 2016

Edição 2395 | Páginas: 06

7ª LEGISLATURA | 52º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos:

Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Odilon Filho – PEM.

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde:

Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado Chico Mozart – PRP; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

Deputado Francisco Flamarion Portela;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Naldo da Loteria – PSB;
Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Zé Galeto – PRP.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL:

Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Odilon Filho – PEM; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas:

Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

Deputado Zé Galeto – PRP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC; e
Deputado Gabriel Picanço – PRB.

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Izaias Maia – PT do B.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Izaias Maia – PT do B;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias:

Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Izaias Maia – PT do B;
Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B; e
Deputada Lenir Rodrigues – PPS.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Francisco Flamarion Portela;
Deputada Ângela Âguida Portella – PSC; e
Deputado Naldo da Loteria – PSB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

Deputada Ângela Âguida Portella – PSC;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS; e
Deputado Masamy Eda – PMDB.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Deputado Gabriel Picanço – PRB;
Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jânio Xingu – PSL; e
Deputado Brito Bezerra – PP

Comissão de Ética Parlamentar:

Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Mecias de Jesus – PRB.
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputado Izaias Maia – PT do B.
Suplentes:
1º - Deputado Joaquim Ruiz – PTN; e
2º - Deputado Francisco Flamarion Portela.

Comissão de Defesa do Consumidor:

Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Francisco Flamarion Portela;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Evangelista Siqueira – PT.

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral através do Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (DATAGED), conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUMÁRIO

Atos Legislativos

- Ata da 2541ª Sessão Plenária - Íntegra 02

Atos Administrativos

- Superintendência Administrativa - Resoluções nº 251 a 252/2016 05

- Diretoria de Gestão de Pessoas - Resoluções nº 2665 a 2670/2016 06

ATOS LEGISLATIVOS
ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2541ª SESSÃO, EM 13 DE OUTUBRO DE 2016.
 52º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia treze de outubro de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima quadragésima primeira Sessão Ordinária do quinquagésimo segundo período Legislativo da Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Convidou à Senhora Deputada Lenir Rodrigues para atuar como Primeira-Secretária *ad hoc*.

Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito à Senhora Segunda-Secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Lenir Rodrigues** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº, de 10/10/16, da Deputada Lenir Rodrigues, solicitando ao Governo do Estado de Roraima, a construção de ponte com 20 metros de extensão na comunidade Anaro, no município de Amajari/RR.

DIVERSOS:

Ofício nº 207, de 26/09/16, do Conselho Estadual de Educação de Roraima – CEE/RR, agradecendo a Assembleia Legislativa de Roraima – ALE/RR, pelo apoio da ASCOM, na pessoa da Profª Éliassan Paula Rodrigues Silva, na realização da I Jornada Científica em Educação Ambiental e Sociedade.

Ofício nº 1356, de 29/09/16, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALE/AM, ao Presidente desta Casa Legislativa, encaminhando cópia do Requerimento nº 2354, de autoria do Deputado Belarmino Lins de Albuquerque.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores presentes nesta Casa. O tema que eu trago hoje, Deputado Gabriel, é sobre o orçamento. Nós estamos vivendo uma crise, e o orçamento finalmente chegou na nossa Casa. A proposta que eu quero fazer é que se pegue o dinheiro previsto para investimento, corte pela metade, porque no ano passado vieram mais de vinte milhões para investimento e o Estado não teve capacidade de organizá-lo. Agora, o Estado tem que ter capacidade de montar uma equipe técnica para que possa, junto à Bancada Federal do Estado, alocar recursos para a área da saúde, educação e segurança pública, porque as emendas dos parlamentares são impositivas. Se nós tivermos, em Brasília, bons projetos, teremos capacidade de conseguir esses recursos para investimentos no nosso Estado. E que os recursos que estão previstos no orçamento para investimentos sejam destinados para a área de recursos humanos, para que possamos pagar os nossos servidores. Não estou aqui inventando a roda, quem entende de orçamento sabe o que eu estou falando. É preciso que se reduza os recursos que estão para investimento, mas que se consiga junto ao governo Federal esses recursos para que possamos fazer investimento no Estado.

Eu fui Prefeito de Iracema e Mucajaí e, na minha época, não vinha pedir recursos ao Governo do Estado. Fiz bons projetos, negocieei em Brasília para transformarmos esses projetos em benefício para a população de Mucajaí e, posteriormente, de Iracema. E nesse momento em que os sindicatos estão participando de movimentos em defesa do servidor público, faço esse apelo aos presidentes dos sindicatos aqui presentes, para que participem ativamente do orçamento agora, na Comissão de Constituição e Justiça da nossa Casa.

Um outro tema que trago hoje, Deputado Naldo, é sobre a

reforma da educação. É um momento para debates, porque as opiniões são divergentes. Há professores que são contra a mudança e outros, como eu, que são a favor. Na minha época, se eu pudesse optar, no científico, iria para a área das exatas, estudar no Instituto de Educação de Manaus. Eu iria fazer no Instituto de Educação de Manaus, porque eu já estudava há anos no Colégio D. Pedro II. Então, Deputada Lenir, temos que ter coragem de abrir esse debate, porque para um estudante que sonha em ser engenheiro mecatrônico, que vai trabalhar com nanotecnologia, o que interessa ter nota alta em história para estudar a Grécia antiga, a história da Itália? Pelo amor de Deus, isso não se adota mais nos Estados Unidos, Canadá, na Coreia que há trinta anos tinha o mesmo nível educacional que tínhamos no País. A Coreia foi embora e o Brasil ficou.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Deputado, está havendo uma análise de que hoje, no sistema de educação, nós nos preocupamos com a formação em humanas. Então, o engenheiro, o químico precisa também ter uma formação na área de humanas. Já pensou um engenheiro sem nenhuma formação de sociologia, de filosofia? Ele vai ser um cavalo. Então, assim como as pessoas que vão seguir uma carreira na área de humanas têm também que ter uma visão das exatas para terem um raciocínio lógico, uma visão matemática também da vida, uma visão da física, da química. Então, nós observamos, nós educadores e eu me incluo, pois fui educadora por 40 anos, que a educação como um todo visa à formação integral do educando, com base, às vezes, na necessidade daquelas disciplinas específicas, e ele pode ter sim, mas não como agora estão propondo nessa reforma. Eu sou contra a reforma, mas respeito o posicionamento de Vossa Excelência, por isso temos que nos unir para fazermos aqui um grande debate com os professores, os educadores, a sociedade organizada, os sindicatos em educação para que nós possamos ter essa visão. Nós, por muito tempo, e o senhor como prefeito apoiou muito isso, lutamos pela formação de crianças e adolescentes. O senhor foi um prefeito que teve prêmio nacional como Prefeito Amigo da Criança, foi premiado por não haver mortalidade infantil no seu município. Isso tudo é um processo administrativo daquela comunidade que teve o senhor como gestor.

Então, a formação pode ser de gavetas, é áreas de humanas, é áreas de exatas? Não. Nós temos que ter uma formação integral, uma formação que totalize o ser humano e ele possa entender as várias situações da vida e se especializar naquilo que ele mais lhe interessa.

Eu estou também estudando essa matéria e, na sessão passada, convidei a comissão para, hoje, após a sessão, uma reunião ordinária da Comissão de Direitos Humanos. O Senhor pode até se aliar a nós porque a formação, a educação também é um direito da criança e do adolescente, do jovem, do adulto, da sociedade, para que nós possamos ter um grande debate aqui, e Roraima não pode estar fora dessa grande discussão da educação.

Então, com todo respeito, vamos ter que discutir um pouco essa formação integral do educando. Obrigada pelo aparte.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua - Obrigado, Deputada Lenir. Deixa eu colocar uma coisa aqui. Hoje, a educação no Brasil está parecendo o Governo de Roraima, colocam as pessoas no lugar errado e nada funciona. Esse é o retrato na nossa educação, do Governo do nosso Estado, onde nada funciona. É o samba do crioulo doido.

Deixa eu lhe falar uma coisa, não sou contra, sou a favor que se mantenha as matérias, agora quem vai fazer engenharia civil, engenharia elétrica, quem vai fazer medicina, a pontuação não pode ser a mesma para quem vai fazer história. Eu tenho que ter visão do que é física. A minha formação é na área de história. Estudei com Vossa Excelência, a Senhora foi para área de direito e eu resolvi escolher história, porque teria que estudar tudo de física e eu não daria física para o resto da minha vida? Eu tenho que ter conhecimento da matemática, da física, da química, mas não pode ser no mesmo nível. Vou lhe dar um exemplo aqui, Deputada. Eu tenho questionado e tenho apanhado muito, porque sou contra o ENEM pela forma que ele é feito. Agora terminei de fazer um estudo, só para a senhora ter uma ideia, sobre a capacidade dos nossos alunos. Quantos alunos aqui do nosso estado são aprovados, e me falaram que eu estava ficando doido, porque a maioria dos os estudantes de medicina da Universidade Federal, são daqui do Estado. É verdade, mas aqueles que passam no vestibular. Em relação ao ENEM, quantos alunos passaram pelo ENEM aqui? Dois. Quantos passaram no curso de medicina na UFAM, em Manaus, pelo ENEM, de toda Amazônia? Um. E eu acompanhei o vestibular, a UFAM está sendo implantada em Coari, no Amazonas. Eu fui lá acompanhar pelo Enem não passou ninguém da Região Norte, mas pelo vestibular, Deputado Mozart, passou um da Região Norte, que tirou em segundo lugar para o curso de medicina e em primeiro lugar para o curso de engenharia civil, daqui do nosso Estado. O que eu quero dizer é que o ensino no Brasil está errado. O ENEM é feito por professores do eixo Rio e São Paulo, que lecionam lá

para aqueles alunos do objetivo, cuja prestação mensal é de R\$ 4.600 e que tiraram a melhor nota no ENEM, no Brasil. Então, como é que a gente vai manter a educação como está, Deputada Lenir, se das duzentas e cinquenta escolas de nível médio mais bem avaliadas do País pelo ENEM, saiu o resultado agora, 230 são particulares? Na amazônia a posição é nonagésima nona, uma em Manaus, particular. Entre às 100 escolas melhores avaliadas, uma está na Amazônia. Entre as escolas públicas, das 20 que sobraram, não tem nenhuma no norte entre as 50 melhores avaliadas, não tem nenhuma escola pública, e das 20 escolas públicas, 16 são federais, vinculadas ou a Universidades Federais ou aos Institutos Federais. Sabe quantas escolas públicas estaduais sobram? Quatro, três em São Paulo e uma no Recife. O ensino está correto? Algo tem que ser mudado. Eu não estou dizendo que do jeito que foi colocado é ideal, não. Estou propondo, neste momento, que a gente abra um grande debate no nosso Estado, que a Secretária de educação convoque os diretores, os professores de escolas, nós aqui na nossa comissão de educação, junto com a Secretária de Educação, junto com as universidades, tanto as faculdades particulares, quanto as estaduais e federais, para que se abra um debate e saia uma proposta para os nossos parlamentares. Eles vão votar e dar um futuro para as novas gerações do nosso País. É preciso que a gente faça esse grande debate, porque são dois temas fundamentais: a reforma da educação e o orçamento da união para o próximo exercício, cuja capacidade de investimento do nosso Estado praticamente não existe. E nós estamos aqui, sentindo a presença dos servidores públicos, com seus salários atrasados, porque quando se fala em salário, se fala do estômago, se fala da situação financeira. Ninguém vai parcelar dívidas, vão cobrar juros. O salário que seria de 2000, baixa para 1000 só com o pagamento de juros, porque eles vão atrasar. O orçamento da união está lá, para ser debatido, para ser aprovado pelo Congresso Nacional. Eu não vejo ainda, por mais que venha insistindo, do nosso líder do governo daqui, o Deputado Brito, nenhuma atitude e nenhuma ação concreta do Estado, em sentar à mesa, para que a gente possa elaborar projetos que beneficiem o povo de Roraima. Lá no orçamento do Governo Federal e aqui também é preciso que as entidades de classe, tão bem defendidas aqui pelo Deputado Sampaio, que evoluiu no discurso de um governo para outro, mas eu acho, Deputado Sampaio, que agora é o momento das entidades de classe discutirem com a gente esse orçamento que está aqui na Casa, por mais que ainda não tenha QDD. Então, não dá ainda para discutir? Pela primeira vez, na história do parlamento, veio um orçamento sem um QDD, mas nós temos que esperar chegar o QDD, Deputado Sampaio, e abrir esse canal de negociação. É a hora, como disse o Deputado Brito, na sessão de ontem, da participação efetiva de toda a sociedade, sobre os recursos que são da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário e do Governo do Estado. Está na hora, Deputado Brito, de nós abrímos um amplo canal de negociação com a sociedade, para que o povo diga o que quer e o que acha, porque, muitas vezes, aquilo que a gente aprova aqui, não é a realidade que está do outro lado da mesa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio**- Deputado Joaquim, obrigado pelo aparte. Eu quero parabenizar Vossa Excelência pela fala e dizer que me preocupou a Lei Orçamentária que veio sem o QDD. Eu achei um absurdo e de imediato cobrei um posicionamento, mas resposta que obtive é que veio em mídia e foi protocolado. Eu pedi para o nosso assessor da liderança ir buscar. Veio junto com a peça, mas veio em mídia.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua- Parabéns, Vossa Excelência evoluiu no discurso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio**- Não é questão de evoluir ou não, Deputado Joaquim Ruiz. Eu sempre fiz questão de participar da discussão da Lei Orçamentária, até pela formação mínima que eu tenho em ciências contábeis, ou seja, sempre me interessei pelo orçamento público. Deputado Joaquim, não teve nenhuma Lei Orçamentária, nesses cinco anos, em que eu não tenha visto Vossa Excelência participando da discussão, como Vossa Excelência também não me viu ausente dessa discussão, sempre participei de maneira fervorosa das discussões da Lei Orçamentária e da LDO. Eu posso faltar em qualquer tipo de matéria, mas LDO e LOA eu não falto por saber da importância que é, e defendendo uma discussão ampla, peço a Deus que não ocorra o que ocorreu na LOA passada, fato registrado nos anais desta Casa, quando o nosso bloco não votou, nos retiramos de plenário, porque fizemos toda uma discussão na Comissão Mista de Orçamento e aquilo que foi discutido não foi levado a sério, foi colocado aqui como rolo compressor ao ponto de haver uma discussão e uma votação pelo G14 que atropelou. Vossa Excelência não estava aqui ainda, na Lei Orçamentária do ano passado. Nós, da base do governo, não votamos, fomos atropelados, foram 13 votos pela aprovação da Lei e tudo que foi discutido com os movimentos, com os sindicatos e com a Comissão Mista não foi levado em conta. O Relator, na época, disse: É assim e pronto. E foi o que ocorreu, tiraram dinheiro de precatório, do

vale solidário, do PIS-PASEP, da agricultura, tiraram dinheiro de onde não podiam tirar para atender os pedidos dos Poderes, um e outro de interesse de Deputado, então antes não houve discussão da Lei Orçamentária. Que fique registrado, pois Vossa Excelência não estava aqui ainda, na época, era diretor administrativo da Casa, a gente sempre conversava nos bastidores e Vossa Excelência já manifestava a preocupação com a Lei Orçamentária, em especial com a crise econômica que o país estava passando, a qual estava prestes a bater à porta do Estado de Roraima. O Deputado Soldado Sampaio continua com o mesmo posicionamento, defendendo, é claro, os servidores, os trabalhadores. Sou um crítico aos erros do governo e tenho que me posicionar de maneira clara, condicionado até a minha permanência no Governo. Deve haver o ajuste na equipe de governo, em especial na SEFAZ e na SEPLAN, e o maior controle dos gastos públicos, isso eu falei na última terça-feira, Vossa Excelência já tinha saído, mas eu deixei claro o nosso posicionamento, o meu e o da bancada, em especial do nosso bloco, que eu lidero, o qual continua com o mesmo posicionamento, sem abrir mão daquilo que acredita que é a defesa da classe trabalhadora. Eu pertenço a um partido cuja essência, nos 84 anos de existência e luta neste País, não permite tomar outro posicionamento. O governo está errado? Está e tem que fazer ajustes! E a Assembleia tem que fazer o papel dela, com ampla discussão, priorizando os interesses do povo e fazendo a fiscalização concreta. Fala-se muito aqui em fiscalizar, mas nunca vi um secretário da fazenda, ou do planejamento participar de uma audiência pública para dar uma explicação. Há muito discurso por parte de Vossa Excelência pela vivência de homem público, gestor que foi, por isso sabe o que fala, sabe que argumenta, sabe contrapor, mas, infelizmente, muita gente que usa essa tribuna joga para a galera, sem o mínimo de responsabilidade com o que fala. Eu fui oposição, mas oposição coerente, votei no que era de interesse do governo, porém, em relação ao que era ruim para a sociedade eu me manifestava de forma clara. Nunca usei a tribuna para vir difamar se não tivesse documento suficiente para embasar o que estava falando. E, nesse sentido, estou embasando o protocolo do Kidd que veio dia 30 de setembro de 2010, porque estava tão desconfiado que não quis rebater Vossa Excelência naquele momento, pois já vi alguns equívocos e erros gravíssimos da equipe de planejamento do governo, e também não quis duvidar, mas fiz questão de buscar e está aqui, eu lhe passo uma cópia depois. Obrigado!

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua - Deputado Sampaio, quando eu disse que Vossa Excelência evoluiu. Eu não posso comparar a minha experiência no parlamento com a da Deputada Aurelina, porque é evidente que ela tem muito mais experiência do que eu. Vossa Excelência falou que eu não participei, que Vossa Excelência nunca me viu participando do orçamento. Quando eu era Superintendente da Casa, eu fiz um relatório.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio**. Muito pelo contrário.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua- Eu fiz um relatório, e fui até o Deputado Brito, fui com Vossa Excelência, mostrando a minha preocupação com o que poderia acontecer no futuro. Fui com a Deputada Aurelina também, pois eu era funcionário da Casa, e a Deputada Aurelina disse que já tinha detectado esse problema. Ela sabe do que eu estava falando, o que ocorreu em janeiro, Deputada Aurelina! Sobre os recursos apresentados como superávit, muita gente que está aqui assistindo poderia pensar, naquela época, que eram excesso de arrecadação, mas eram recursos de projetos sociais que ficaram para o próximo exercício porque houve um erro. Vossa Excelência sabe, um erro que acabou prejudicando a gestão daquele período e que nós alertamos. Vossa Excelência sabia que aquilo ia acontecer e aconteceu logo, três meses depois. A minha preocupação hoje, por isso que eu estou colocando, é que tenha todo cuidado para que essas coisas não aconteçam mais, para que possamos abrir um debate. Deputada Aurelina, se nós tivéssemos capacidade de conseguir recursos através de emendas federais para investimento no Estado, mas a Senhora conhece o orçamento público e sabe que nós não temos capacidade de investimento para o próximo exercício, por isso temos que deixar uma parte do recurso para contrapartida para os investimentos federais. Quando nós discutimos a lei 892, Vossa Excelência participou bastante. Quando foram fazer alteração, depois daquele amplo debate, estou me referindo a Vossa Excelência porque participou comigo, junto com o Deputado Sampaio e o Deputado Gabriel da 892, nós alertamos que qualquer alteração de carga horária iria refletir em aumento de despesa para o Estado, que iria reduzir a capacidade de pagamento, de cumprir sua meta junto aos trabalhadores. A senhora se lembra que aquela ideia de criar as 40 horas não beneficia. Quem teve a ideia de alterar a 892 não queria beneficiar nem o trabalhador, muito menos o Estado. A nossa preocupação de fazer um horário único era dar oportunidade para que o professor pesquisasse mais, para que ele procurasse fazer a sua pós-graduação, o seu mestrado e ser beneficiado,

Deputada Angela, a Senhora que é professora, ser beneficiado com aumento de salário para se transformar em crescimento intelectual e em benefício dos estudantes do nosso Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado, estou acompanhando atentamente o seu discurso. Quero parabenizá-lo, pois engrandece a democracia nesta Casa. E quero me contrapor ao que disse o Deputado Sampaio, pois ouvi muitas vezes o Estado afirmando que estava investindo na eletrificação do interior e asfaltando rodovias. Ouvi, muitas vezes, o Deputado Sampaio dizer, na Tribuna, que o Estado estava indo para o buraco porque não investia. Queria que ele me mostrasse algum investimento que o Estado fez nessa atual gestão, um só, que servisse para o futuro deste Estado, um investimento só que não fosse com notas frias, superfaturadas, para o crescimento da família Campos. Eu não vejo ele aqui, em nenhum momento, se contraponto a isso, se colocado. E dizer que esta Casa não tem autoridade para mexer no orçamento! Temos sim! Quero defender todos os Deputados do G14 e dizer que nós demos as nossas emendas para esse governo gastar do jeito que quisesse. Mas, pelo visto, não gastou de maneira correta, ordenada. Esta Casa pode e deve mexer sim no orçamento e, mais uma vez, nós temos uma Secretaria de Planejamento terrível, assim como os Secretários de Planejamento, da Fazenda chegam a ser maléficis a este Estado. Nós temos sim que discutir nesta Casa o orçamento. Quero aqui parabenizar esta Casa por ter dado as suas emendas, pois ninguém pediu nada em troca não, mas esse Governo, infelizmente, não soube o que fazer, está atrasando o salário dos funcionários e, na minha fala, vou ter a oportunidade de discorrer sobre esse tema. Muito obrigado.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Deputado, queria apenas dar uma resposta, mas depois que o Deputado George falou, quero apenas perguntar: os investimentos em eletrificação, asfalto na capital e interior foram oriundos de recursos do Estado, Deputado ou foram dos empréstimos aprovados nesta Casa?

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Foram investimentos.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Foram empréstimos aprovados por esta Casa, nenhum real do orçamento do Estado, do mesmo jeito que não teve investimento de um Deputado dos 14 para o Governo, todos foram feitos para o duodécimo dos Poderes. Vossa Excelência sabe disso. Muito obrigada.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Quando trouxe esse tema para o plenário, era exatamente para abrir esse canal de discussão, Deputada Aurelina, para que a gente discuta bastante o orçamento do próximo exercício e não ocorra o que está acontecendo. O objetivo é exatamente esse, Deputada.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado, só para concluir, eu queria dizer que o Senhor está corretíssimo. Orçamento do Estado tem que ser discutido, tem que ser aberto para a sociedade, todo mundo tem que conhecer o que este Estado tem, o que ele gasta, como ele gasta. Minha posição não é ser contra reajuste de servidor, pois eu sou servidora pública.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Joaquim, por favor evolua para a conclusão de seu pronunciamento.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua - Concluindo, Senhor Presidente, são dois temas que precisamos discutir aqui nesta Casa. E ter coragem de enfrentar, o orçamento do próximo exercício em benefício de nosso Estado e a capacidade junto à bancada federal do Governo do Estado, elaborar bons projetos para que se transforme em investimento na área da Saúde, da Educação e da Segurança Pública do nosso Estado.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores que estão presentes neste plenário, eu quero dar o meu cordial bom-dia. Começando a minha fala, quero registrar a minha tristeza ontem com o Dia das Crianças, dia que sempre foi marcado por uma grande festa no Estado para presentear nossas crianças. Ontem, eu rodei pela cidade, fui visitar meus amigos e percebi os olhos tristes das crianças, pois a maioria dos pais não receberam seus salários. Esse Governo precisa ter compromisso com o povo. Eu estava acompanhando uma entrevista do Cardec, na TV Roraima, ex-Secretário de Fazenda do Estado, que representa hoje a categoria dos fiscais, convidado para falar sobre a crise que o Estado está vivendo. E ele disse que essa crise é fantasiosa ao apresentar os números que eu apresentei aqui. Eu já disse aqui que o Estado recebeu no mês de setembro com a primeira parcela 184 milhões, pois entrou o ICMS de 62 milhões, mais 5 milhões de IPVA e o valor total foi para 251 milhões. E a previsão para receber, sabendo que já recebeu a primeira parcela de 62 milhões, é dia 20 receber 20 milhões e 315 mil, mais 50 milhões e 241 mil, que vai dar 132 milhões. Quer dizer, quase 10 milhões a mais do que no mês anterior. Portanto, confirmou tudo o que eu disse aqui na terça-feira. Ora, se a folha dos servidores custa 50 milhões, é muito claro que a Governadora não está priorizando os seus servidores,

pois o pagamento da folha custa apenas 50 milhões. Se ela recebe 251 milhões, está previsto 10 milhões a mais. Então, infelizmente, a Senhora Governadora do Estado virou as costas para seus servidores. Eu vou conceder um aparte ao Deputado Joaquim e depois continuar esse mesmo raciocínio para que os servidores do Estado entendam que está sendo criada uma crise real para sensibilizar o Governo Federal a mandar mais dinheiro. Mas, esse dinheiro, não vai ser investido no Estado e sim na família da Governadora que, certamente, já tem seus laranjas, suas empresas. É isso o que importa realmente para esse grupo que está governando o Estado.

Aparte concedido para o Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**. - Obrigado, Deputado George, pelo aparte concedido. A Assembleia já aprovou esse ano 72 milhões de excesso de arrecadação de ICMS, de recurso retido na fonte dos servidores. Está aqui na pauta para ser votado mais vinte e dois milhões e meio de excesso de arrecadação. Então, é uma matemática que não dá para entender, porque esses recursos que estão aí para serem votados não incluem o servidor.

O Senhor Deputado **George Melo** continua - Obrigado Deputado Joaquim, por lembrar. Quero dizer aos servidores que já votamos o excesso de arrecadação de julho para cá 144 milhões, 11 mil e 21 reais já foram efetivados, e 63 milhões, 748 mil que faltam a gente aprovar já estão tramitando, já passaram pela minha Comissão. Somando isso, Deputado Joaquim, Deputado Chico Mozart, 207 milhões. Os 759.671,23 é o dinheiro de excesso de arrecadação do orçamento que o Deputado Sampaio estava questionando há pouco, que nós fizemos e destruímos o orçamento. A governadora já arrecadou 207 milhões, e sabe quanto ela destinou para pagar os servidores. Zero, zero, senhoras e senhores. Este é o Estado que está em crise. O Ministério Público de Contas fez um levantamento de contas e constatou, Deputado Joaquim, que a Senhora Governadora, provavelmente, já está efetivando suas pedalas fiscais, semelhante a Dilma e dentro de poucos dias o povo de Roraima vai ter conhecimento, porque esta Casa não vai colocar debaixo do tapete não. Nós vamos investigar sim, não só os 14 Deputados, mas todos os 24 Deputados que tem compromisso com o Estado de Roraima, pois ninguém tem que ter compromisso com a Senhora Governadora e seus familiares, nós temos que ter compromisso com o povo de Roraima. A Governadora, ao deixar de pagar e ao parcelar os salários de vocês, acaba com a mercearia da esquina, com o açougueiro, com o vendedor de lanche, acaba com a imprensa também, sabe por quê? Se o dinheiro não circular no Estado com a empresa que vai contratar mídia, qual empresa que vai fazer o tipo de serviço. Vocês são responsáveis por grande parte dessa economia e a Governadora tem que entender isso, ela tem que entender que vocês são a base mais forte da economia deste Estado. O que a gente está vendo é um descaso, uma falta de respeito, é Deputado vindo aqui, para dizer que o Estado está quebrado e que tudo que foi emprestado foi investido, diferente desse Governo, que é um governo profissional em nota fiscal superfaturada. E eu provo aos senhores, pois a alimentação que é fornecida pela Secretaria de Saúde, através da empresa que ganhou a licitação, que já estava no emergencial há um ano e meio e que ganhou a licitação foi desrespeitada. Eles, fizeram um emergencial, entregaram para uma empresa que vinha antes tocando a alimentação, com valores exorbitantes. Isso também aconteceu na Secretaria de Educação, licitação que muita gente tinha interesse, pois era dinheiro do FNDE, mas a mesma empresa ganhou a licitação ou seja, mais uma vez foi feito isso. Tenho cópias aqui do resultado da Comissão de Licitação das escolas indígenas, no valor de aproximadamente nove milhões e meio, e a empresa que ganhou nunca fez o serviço, porque eles contrataram o emergencial. Outra empresa, também na área de educação, foi contratada no valor de vinte e nove milhões para fazer reforma e manutenção das escolas, mas escolas continuam caindo aos pedaços, senhoras e senhores. Foi contratado merenda escolar e se os pais forem lá, talvez não deixem mais os seus filhos comerem a merenda, isso onde tiver merenda, porque a maioria das escolas do interior não têm merenda para suas crianças comerem. Esse é governo que a gente tem, é o governo que precisa de apoio. Apoio de quê? A população já deu a sua nota a ele, pois nós tivemos eleição de prefeito e eles perderam nas urnas. Até para vereador eles perderam aqui e sabem por quê? O povo de Roraima não é burro, vê as coisas. Já estava esperando. Acho até que essa crise aconteceu pela resposta que os senhores deram nas urnas. Infelizmente, esse governo deveria fazer uma reflexão e trocar seus secretários, pois dinheiro tem muito. Não vou pedir para tirarem secretarias, porque isso é dever desta Casa. Mas, eles tinham que ter a decência de, pelo menos, tirarem esses secretários que não sabem o que fazer em suas secretarias, a não ser achar que funcionário é problema para o Estado. Inclusive, senhoras e senhores, esses dias eu ouvi um funcionário do alto escalão do Estado dizer que os servidores da saúde são os piores do Brasil. Se eu fosse governador, esse rapaz estaria demitido. Esse governo não pode permitir que ele trate nossos servidores como os tratou em redes sociais. Ele deveria entender que as condições de trabalho que esses servidores têm

lá é mínima, mesmo assim eles trabalham com muita decência, com muita honra, muitos com até risco de vida, porque falta tudo naquele hospital. Tenho andado naquele hospital e vejo a gentileza de servidores que estão há dois meses sem receber, servidores das empresas terceirizadas. Alguns estão sendo ajudados pelos colegas de trabalho que estão recebendo em dia. E agora, após dois meses sem receber, os servidores estão recebendo um terço de seus salários. Quer dizer, como é que eles irão ser ajudados? Eu tenho certeza que a solidariedade de vocês é que está fazendo com que essas pessoas ainda voltem ao trabalho. Conheci um rapaz que estava na portaria do HGR esses dias e ele me disse: Deputado, eu saio ainda está escurinho para trabalhar, saio de madrugada, porque não tenho condições de pegar ônibus, pois não tenho dinheiro. Estou vindo trabalhar desse jeito. Então, esse é o Governo que esta Casa tem que cuidar? Eles é que têm que dar o exemplo, que têm que fazer o que é preciso e não vir dizer para os Poderes o que temos que fazer. A prova é que dinheiro tem demais. Tem muito dinheiro, mas essa família é insaciável, não tem dinheiro que chegue. Se dobrar esse orçamento, se mudar para cinco bilhões de reais, eles gastam os cinco bilhões de reais e o salário de vocês vai continuar atrasado. Hoje, o orçamento é de três bilhões e duzentos mil reais, um bilhão de reais daria para pagar os servidores e ainda sobriariam dois bilhões e duzentos mil reais para investimento. Mas, infelizmente, nós não vimos até hoje uma obra neste Estado que não tivesse uma nota fiscal superfaturada. Queria poder dizer o contrário, mas não posso, pois esse governo é indefensável. Gostaria que os servidores do Estado mostrassem para a Governadora e para todos que este Estado é maior que esta família, porque não é colocando servidores debaixo do pé, que representam a maior economia desse Estado, que eles vão se perpetuar no poder não. Essa política de comprar a eleição no dia não funciona mais. Eles vão ter que ganhar no voto, vão ter que mostrar trabalho. Nosso Estado precisa reagir e para isso depende, certamente, das mãos fortes dos nossos servidores. Obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais quem queira utilizar o Grande Expediente, passaremos para a Ordem do Dia, com discussão e votação, em turno único, da Mensagem Governamental nº 077/16, de veto parcial ao Projeto de Lei nº 039/16, que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, e dá outras providências”, de autoria governamental; do Projeto de Lei nº 007/16, que “altera o anexo III da Lei nº 133, de 14 de junho de 1996, que dispõe sobre a adoção do símbolo do Estado de Roraima, em conformidade com o art. 10 da Constituição Estadual, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 008/16, que “autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Estadual de Roraima – UERR, os imóveis que especifica”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 057/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Secretaria de Estado da Saúde, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e da Secretaria de Estado da Educação e Desporto, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), Crédito Suplementar por Transposição, no valor global de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para os fins que especifica”, de autoria do Poder Executivo; do Requerimento de Pedido de Informação nº 005/16, que “dispõe sobre informações de convênio celebrado entre o Governo do Estado de Roraima e o Hospital Lotty Íris, bem como o valor das despesas diárias com o paciente Neudo Ribeiro Campos, de autoria do Senhor Deputado Jorge Everton; do Requerimento nº 065/16, de autoria da Comissão Especial Interna, criada nos termos da Resolução nº 035/16, alterada pelas Resoluções nº 004 e 029/16, solicitando prorrogação de prazo, por igual período, da referida comissão; do Requerimento nº 066/16, de autoria da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 022/16, alterada pela Resolução nº 029/16, solicitando prorrogação de prazo por igual período, da referida comissão; do Requerimento nº 067/16”, de autoria da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 006/15, alterada pela Resolução nº 015/15, solicitando prorrogação de prazo por igual período, da referida comissão; do Requerimento nº 068/16, de autoria do Deputado Brito Bezerra, requerendo, após ouvido o plenário, realização de audiência pública para tratar do assunto da proibição da vaquejada como atividade cultural e desportiva e do impacto social e econômico no país e no Estado de Roraima, a ser realizada no próximo dia 17, às nove horas, no Plenário desta Casa.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 065/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – Lido o Requerimento nº 065/16.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordarem permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 065/16 por unanimidade dos Deputados presentes.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 066/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – Lido o Requerimento nº 066/16.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordarem permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 066/16 por unanimidade dos Deputados presentes.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 067/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – Lido o Requerimento nº 067/16.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordarem permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 067/16 por unanimidade dos Deputados presentes.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 068/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – Lido o Requerimento nº 068/16.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordarem permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 068/16 por unanimidade dos Deputados presentes.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento de Pedido de Informação nº 005/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – Lido o Requerimento de Pedido de Informação nº 005/16.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordarem permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento de Pedido de Informação nº 005/16.

Suspendo a Sessão para que as Comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer aos Projetos de Lei nºs 007, 008 e 057/16.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Senhoras e Senhores, devido a falta de quórum nas Comissões, transfiro a Ordem do Dia para a próxima Sessão.

Passamos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum deputado que queira fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 18 de outubro, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Joaquim Ruiz, Lenir Rodrigues, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio e Zé Galetto.**

ATOS ADMINISTRATIVOS

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº251/2016

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JOSÉ RIBAMAR DE ARAÚJO BARBOSA**, para viajar com destino ao Município de Rorainópolis, no dia 04.11.2016, a serviço deste poder.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 04 de Novembro de 2016

FRANCISCO ARNAUD DE SOUSA

Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº252/2016

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do Servidor **VALDENY DA**

SILVA CRUZ, Matrícula Nº 16685, para viajar com destino ao Município de Rorainópolis, no dia 04.11.2016, a serviço deste poder.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 04 de Novembro de 2016
FRANCISCO ARNAUD DE SOUSA
 Superintendente Geral

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 02665/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Valdemir Alves de Souza, para exercer o cargo comissionado de Auxiliar III CM-12, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 04 de novembro de 2016.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02666/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Ubirajara Correa de Moraes, para exercer o cargo comissionado de Auxiliar III CM-12, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 04 de novembro de 2016.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02667/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a nomeação de Byanca Maia Ribeiro, Cargo Comissionado Assessor III CM-5,, que fez parte da Resolução nº 02477/2016 de 07.10.2016 publicada no Diário da ALE nº 2378 de 10.10.2016, integrantes do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 04 de novembro de 2016.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02668/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **João de Carvalho**,

matrícula 16793, do Cargo comissionado de Superintendência CA-2, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 04 de novembro de 2016.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02669/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR João de Carvalho, matrícula 16793, para exercer o cargo comissionado de Consultoria CA-7, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 04 de novembro de 2016.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02670/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Alcidino Vieira Júnior, para exercer o cargo comissionado de Superintendência CA-2, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 21 de outubro de 2016.

Deputado Jalsner Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

